



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
(Lei 14.133/2021)

CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 74/2026	UNIDADE GESTORA (UASG): 926495	
PROCESSO Nº: 2026/00061145	CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO	
MODO DE DISPUTA: ABERTO	REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Unitário	
EXCLUSIVO PARA ME/EPP/EQUIPARADA: SIM		
ORÇAMENTO SIGILOSO: NÃO		
FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado através do Banco do Brasil, conforme disposto no Decreto Estadual nº 62.867/2017 e 66.000/2021. <u>A conta corrente para faturamento, deve ter a mesma titularidade do CNPJ informado na proposta.</u>		
OBJETO		
Aquisição de EPI – Equipamento de Proteção Individual, em lote único , conforme NR-06 do MTb, para fornecimento aos servidores que laboram em ambientes insalubres pelo risco químico, conforme especificações constantes no Anexo I .		
PRAZOS		
DATA DE INÍCIO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:	A partir da divulgação no PNCP	
FASE DE LANCES		
LOCAL	DATA	HORÁRIO DA FASE DE LANCES
<u>www.compras.gov.br</u>	24/06/2026	10:00 às 16:00
DISPONIBILIZAÇÃO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA		
O Aviso de Contratação está disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (https://www.gov.br/pncp/pt-br), no Portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (https://www.tjsp.jus.br/adm/portal-servicos-frontend/portal-servicos-scl), e no Portal de Compras do Governo Federal – (www.compras.gov.br).		

Torna-se público que o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por meio do Portal de Compras do Governo Federal, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento “**MENOR PREÇO**”, na hipótese do art. 75, inciso II, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Provimento CSM nº 2.724/2023, desta Corte, Resoluções do Conselho Nacional de Justiça nºs 9/2005 e 156/2012, além das regulamentações estaduais, e de acordo com as condições estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta.

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição, por dispensa de licitação, **em lote único**, de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) NR-06 do MTb para fornecimento aos servidores que laboram em ambientes insalubres pelo risco químico, conforme especificações constantes no **Anexo I**.
- 1.2. A dispensa de licitação será realizada em Lote Único, formado por mais de um item, conforme especificado no Termo de Referência (Anexo I), devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 2.1. Poderão participar desta dispensa eletrônica os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.1.1. O procedimento será divulgado no Portal de Compras do Governo Federal, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicafe, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
- 2.1.2. O Sistema de Compras poderá ser acessado pela web (www.gov.br/compras) ou pelo aplicativo compras.gov.br.
- 2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo

ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. A participação nesta dispensa eletrônica é exclusiva às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3. DO IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DIRETA

3.1. Não poderão participar desta dispensa eletrônica ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

3.1.1. Aquela que não atenda às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s).

3.1.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo desta contratação direta, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta, o que inclui:

3.1.2.1. impedimento para licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta do Estado de São Paulo;

3.1.2.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos;

- 3.1.2.3.** empresa que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da empresa.
- 3.1.3.** Aquela que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função nesta contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.1.4.** Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;
- 3.1.5.** Terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
- 3.1.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.1.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Aviso de Contratação Direta, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 4.1.** O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 4.2.** O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca e modelo do produto, quando

for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da fase de lances.

4.2.1. O fornecedor não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.2.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ofertado, vinculam a Contratada.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os materiais, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- 4.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 4.8.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- 4.8.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- 4.8.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.9. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5. DA FASE DE LANCES

- 5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor relativo ao lote.
- 5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

- 5.3.1.** O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 5.3.2.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é R\$ 0,20 (vinte centavos) para os itens 01, 02, 05, 06, 07 e 08, e R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para os itens 03, e 04.
- 5.4.** Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 5.5.** Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.6.** Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 5.7.** Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 5.7.1.** O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1.** Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas.
- 6.1.1.** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
- 6.1.2.** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado

em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

- 6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares e amostras, quando necessários.
- 6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, será verificado se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 6.4.1. SICAF;
 - 6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).
 - 6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e
 - 6.4.4. Banco de Apenados de Impedimentos de Contrato/Licitação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apeados>).
- 6.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

- 6.6.2.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 6.6.3.** Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.7.** Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.
- 6.8.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.8.1.** conter vícios insanáveis;
 - 6.8.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 6.8.3.** apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.8.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.8.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.9.** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 6.9.1.** for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Dos documentos de habilitação jurídica

7.1.1. Deverá ser apresentada a comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, nos termos do art. 66 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Dos documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista:

7.2.1. Serão exigidos do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, os documentos descritos nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.3. Dos documentos de qualificação econômico-financeira:

7.3.1. Deverá ser apresentada a certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

7.4. Outros documentos:

7.4.1. Declaração Unificada (Modelo do **Anexo IV**).

7.5. Do julgamento de habilitação

7.5.1. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos e, na ausência e subsidiariamente, mediante consulta pela Administração aos sítios oficiais de órgãos ou entidades emissoras de certidões.

7.5.2. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.5.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, sob pena de inabilitação.

7.5.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

- 7.5.6.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.5.7.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.5.8.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 7.5.9.** O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 7.5.9.1.** Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.
- 7.5.10.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.5.11.** Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 7.5.12.** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 7.5.13.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8. DA CONTRATAÇÃO

- 8.1.** Após a habilitação do fornecedor, caso se conclua pela contratação, será elaborado e enviado ao fornecedor, via e-mail, o Ofício de Autorização.
- 8.2.** Os materiais deverão ser entregues no prazo de até 20 (vinte) dias corridos contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.
- 8.3.** Do cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados
- 8.3.1.** Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados, a CONTRATADA deverá declarar ter recebido e concordado com a Política de Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e que adere as ações determinadas no Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados (**Anexo III**)
- 8.4.** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura do contratado não ensejará a extinção da contratação se não restringir sua capacidade de concluir a mesma.
- 8.4.1.** Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo:
- a) observe todos os requisitos de habilitação exigidos na dispensa de licitação original;
 - b) mantenha as demais cláusulas e condições da contratação;
 - c) não cause prejuízo à execução do objeto pactuado; e
 - d) contenha anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.

9. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 9.1.** O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual dever ser realizado na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do art. 102 do Provimento CSM nº 2.724/2023.
- 9.2.** Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo estão definidos no Termo de Referência.
- 9.3.** Na ausência de prazos no Termo de Referência, fica estabelecido que:

- 9.3.1.** o recebimento provisório será realizado em até 10 (dez) dias úteis; e
- 9.3.2.** o recebimento definitivo em até 30 (trinta) dias úteis, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 9.4.** Os documentos que comprovem o recebimento provisório e definitivo deverão ser apresentados ao(à) Fiscal do Contrato e, posteriormente, serão juntados no processo de acompanhamento da execução contratual.
- 9.5.** O ateste das notas fiscais, para efeito de pagamento será efetuado com base no objeto do contrato efetivamente entregue, cuja avaliação levará em conta aspectos qualitativos e quantitativos dos serviços.
- 9.6.** Caso o fornecimento não seja executado nas formas previstas no contrato, a Contratada deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da notificação do(a) Fiscal do Contrato, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas aplicáveis.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 10.1.** O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento definitivo (atesto) da Nota Fiscal/Fatura.
- 10.2.** Havendo atraso nos pagamentos sobre o valor devido, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado.
- 10.3.** O(a) credor(a) que apresentar registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, deverá ter regularizada a pendência junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, devendo a Contratada comprovar a regularização junto a Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF deste Tribunal de Justiça, para efeito de regular pagamento.
- 10.4.** Para o pagamento deverão ser apresentadas Notas Fiscais/Faturas, com indicação do número da agência e conta corrente no Banco do Brasil S.A., bem como deverá ser mencionado o nº da Nota de Empenho respectivo, que a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças remeterá a empresa no momento do empenhamento, as quais serão atestadas definitivamente pelos(as) servidores(as) designados(as) pela

Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça e, em seguida, encaminhadas a SOF para efetivo pagamento.

10.5. O recebimento será sempre integral (atesta da Nota Fiscal/Fatura), não se admitindo ateste parcial. Caso não seja possível atestar o recebimento, por motivo que possa ou não se constituir em inadimplência, o Documento Fiscal será devolvido ao emitente (Contratada) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis.

10.5.1. Durante o tempo que perdurar a apuração, não incidirá a aplicação dos termos constantes do **subitem 10.2**.

10.5.2. A Contratada não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo do contrato.

10.5.3. As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta, na nota de empenho, no contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao emitente (Contratada) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis, sendo que e neste caso o prazo previsto no **subitem 10.1** será interrompido.

10.5.4. A contagem do prazo previsto para pagamento será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares.

10.6. Quando a empresa emitir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, em substituição a nota fiscal/fatura, no ateste do documento pelo setor responsável deverá ser acrescentado que foi verificada a autenticidade da NF-e.

10.6.1. Para confirmação da autenticidade da NF-e, a consulta poderá ser feita na Internet digitando-se os números da chave de acesso no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, os quais seguem respectivamente, www.fazenda.sp.gov.br, NF-e ou nota fiscal eletrônica, Consulta de NF-e de mercadorias ou www.nfe.fazenda.gov.br, Consulta resumo de uma Nota Fiscal Eletrônica.

10.6.2. No caso de nota fiscal eletrônica, a autenticidade deverá ser verificada de acordo com o regulamento do respectivo Município a que se sujeita o recolhimento.

- 10.7.** A empresa prestadora de serviços está obrigada a destacar nas notas fiscais, nas faturas ou nos recibos de prestação de serviços emitidos, o valor da retenção para a Previdência Social, na forma estabelecida nos arts. 121 e 122. (Lei nº 8.212, de 1991, art. 31, § 1º; e Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 219, § 4º).
- 10.8.** Será realizada a retenção de imposto de Renda, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou outra que venha a substituí-la.
- 10.9.** No primeiro faturamento, junto com a Nota Fiscal/fatura, a contratada estabelecida fora do município do(a) tomador(a) do serviço deverá apresentar, quando a legislação municipal exigir, o cadastro de empresa de que está estabelecido fora do município.
- 10.9.1.** No município de São Paulo o referido cadastro denomina-se CPOM – Cadastro de Empresas de Fora do Município.

11. DAS SANÇÕES

- 11.1.** A ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar às infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 será objeto de Processo Administrativo Apuratório nos termos do Capítulo XII – Sanções Administrativas, do Provimento CSM nº 2724/2023.
- 11.2.** Na penalidade de multa, caso não esteja estipulada nos **Anexos** deste Aviso de Contratação Direta, será aplicado o percentual indicado abaixo, observados os limites mínimos e máximos do § 3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:
- 11.2.1.** 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor mensal da Contratação, no caso de suspensão ou interrupção dos serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;
- 11.2.2.** 2% (dois por cento) sobre o valor mensal da Contratação, no caso de permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 11.2.3.** 10% (dez por cento) sobre o valor anual da Contratação, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 11.2.4.** 20% (vinte por cento) sobre o valor anual da Contratação, no caso de inexecução total da obrigação assumida;

- 11.2.5.** 20% (vinte por cento) sobre o valor anual do Contratação, no caso de recusa da contratada em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Tribunal de Justiça ou pelo aviso;
- 11.2.6.** 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor mensal da Contratação, no caso de atraso injustificado de até 30 (trinta) dias para assinatura do contrato, ou da execução do serviço, de assistência técnica em bem ou produto em período de garantia, ou execução de serviço de garantia em obra;
- 11.3.** A Contratada que der causa à inexecução total do contrato, que dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, poderá ficar **impedido de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos.
- 11.4.** A Contratada que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará **proibido de licitar e contratar, através da Declaração de Inidoneidade**, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 11.4.1.** As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da Lei 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida do subitem 11.3, também sofrerão a sanção mencionada no subitem 11.4.

- 11.5.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado, nos termos do artigo 163 da Lei 14.133/2021.
- 11.6.** Independentemente da efetivação da extinção contratual, fica facultado ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a retenção de quaisquer importâncias devidas ao licitante contratado para pagamento ou amortização, total ou parcial, das multas aplicadas e/ou perdas causadas, sem prejuízo da adoção das medidas acima e judiciais para cobrança do remanescente ou mesmo do valor total devido, caso não seja possível a retenção ora pactuada ou esta seja insuficiente.
- 11.7.** O Tribunal de Justiça suspenderá o pagamento de qualquer fatura quando houver pendência e/ou imperfeições no objeto contratado, sendo que nenhum pagamento isentará o licitante de suas responsabilidades contratuais e civis.
- 11.8.** Os valores referentes a multa e demais importâncias, quando não ressarcidos pela Contratada, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata tempore.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1.** No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 12.1.1.** republicar o presente aviso com uma nova data;
 - 12.1.2.** valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
 - 12.1.2.1.** No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
 - 12.1.3.** fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 12.2.** As providências dos subitens 12.1.1 e 12.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

- 12.3.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 12.4.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 12.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 12.6.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 12.7.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 12.8.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.9.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 12.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 12.11.** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 12.12.** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I — Termo de Referência
- Anexo II — Modelo para elaboração de proposta
- Anexo III — Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados
- Anexo IV — Declaração Unificada

13. DO FORO

13.1. Para dirimir as questões oriundas deste Aviso de Contratação Direta, será competente o foro da Comarca de São Paulo.

São Paulo, data registrada no sistema.

Eliana Bontansa
Coordenadora de Licitações e Compras
SAAB 5.1

Rodnei Pinto Fernandes
Diretor de Licitações e Suprimentos
SAAB 5

TERMO DE REFERÊNCIA

(Lei nº 14.133/2021)

1. OBJETO

1.1. Aquisição de EPI – Equipamento de Proteção Individual, conforme NR-06 do MTb, para fornecimento aos servidores que laboram em ambientes insalubres pelo risco químico, em lote único.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO (alínea “a”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

2.1. Natureza do Objeto: Aquisição de equipamentos de proteção individual – EPI;

2.2. Não se enquadra como bens de luxo;

2.3. Relação de equipamentos:

Lote único

Item	Código ALX	Descrição do item	Unid Fornec.	Qtde
1	45.0014	Óculos de proteção, ampla visão (EPI)	unid.	620
2	45.0363	Protetor Auditivo (auricular) tipo plugue	unid.	650
3	45.0364	Protetor auricular tipo concha	unid.	75
4	45.0365	Calçado de segurança	pares	232
5	45.0366	Máscara de proteção (respirador) semifacial, peça facial filtrante PFF2(S)/N95	unid.	720
6	45.0368	Filtro para Respirador semifacial para vapores orgânicos/gases ácidos	unid.	536
7	45.0369	Luva de PVC para proteção contra agentes químicos	pares	490
8	45.0370	Creme de proteção da pele contra agentes químicos (luva química)	unid.	650

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (alínea “b”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

3.1. Equipamentos de uso individual – EPI. O fornecimento destes equipamentos é necessário para neutralização do risco químico, conforme laudo técnico realizado por empresa especializada em Saúde e Segurança do Trabalho – SST.

3.2. A presente aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) foi

fundamentada com base nos **Laudos Técnicos de Insalubridade emitidos no ano de 2025**, elaborados pela **Boreal Engmed Ltda.**, empresa especializada em Segurança e Saúde no Trabalho. Após as avaliações técnicas realizadas por engenheiro de segurança do trabalho nos ambientes laborais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, foi identificada a necessidade de fornecimento de EPIs aos servidores que laboram em ambientes classificados como insalubres, especialmente em razão da exposição a agentes químicos. As especificações dos EPIs seguem as recomendações constantes dos referidos laudos, em conformidade com a **NR-06 do Ministério do Trabalho**. O levantamento quantitativo de EPIs considerou o número atual de 120 servidores que percebem o adicional de insalubridade e que se encontram lotados em 22 prédios da Capital, abrangendo 31 ambientes, todos vinculados ao Serviço de Apoio à Comissão Permanente de Insalubridade. Adicionalmente, foi aplicado um acréscimo de 20%, a fim de complementar eventuais movimentações de pessoal, como transferências e substituições, reavaliações técnicas das condições de trabalho e devoluções por defeito de fabricação.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (alínea “c”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

4.1. A neutralização pretendida será com o uso dos equipamentos abaixo relacionados, objeto desta aquisição, o qual atende as Diretrizes Estratégicas do TJSP, mais especificamente o OBJETIVO 3 – GESTÃO DE PESSOAS e o OBJETIVO 9 – INFRAESTRUTURA, principalmente no que diz respeito à adequação dos espaços de trabalho:

45.0014 - Óculos de proteção, ampla visão (EPI), com as seguintes características:

- Lente incolor, em policarbonato, com tratamento antirrisco, antiembaçante e antiestática;
- Tipo: ampla visão;
- Incolor;
- Tirante elástico ajustável à face do usuário;
- Constituído de armação única;
- Cobertura total da região em torno dos olhos do usuário;
- Certificado de Aprovação (C.A.) emitido por Órgão Competente, dentro da validade (verificável também através de site do mesmo Órgão) - fabricado de acordo com as normas vigentes.

Quantidade: 620 unidades

45.0363 - Protetor auditivo (Auricular) Tipo Plugue, com as seguintes características:

- Tipo plugue;
- Composto de silicone grau farmacêutico;
- Formato cônico, com 3 (três) flanges e cordão;
- Equipamento macio e facilmente adaptável ao canal auditivo;
- Tamanho único;
- Acompanhado de caixa protetora individual;
- Deve possuir Certificado de Aprovação (C.A.) emitido por Órgão Competente, dentro da validade (verificável também através de site do mesmo Órgão);
- Fabricado de acordo com as normas vigentes.

Quantidade: 650 unidades

45.0364 - Protetor auricular tipo concha, com as seguintes características:

- Protetor auditivo, do tipo concha, constituído por duas conchas em plástico, apresentando almofadas de espuma em suas laterais e em seu interior;
- Com haste em plástico rígido almofadado e metal que mantém as conchas seladas contra a região das orelhas do usuário e as sustenta;
- Montado simetricamente nas extremidades de uma haste suporte ajustável, em forma de arco, adaptável à cabeça humana, permitindo que cada abafador se aplique sob pressão aos respectivos pavilhões auriculares.
- Deve possuir Certificado de Aprovação (C.A.) emitido por Órgão Competente, dentro da validade (verificável também através de site do mesmo Órgão);
- Fabricado de acordo com as normas vigentes.

Quantidade: 75 unidades

45.0365 - Calçado de segurança, com as seguintes características:

- Para proteção dos pés contra escoriações provocadas por agentes externos, proteção contra queda de objetos pesados, impactos frontais, objetos perfurantes;
- Biqueira: Produzida em Termoplástico (para conformação aos pés);
- Utilização: Calçado ocupacional de segurança de uso profissional;
- Modelo: Sem cadarço, com ajuste de elástico;
- Tipo de material do cabedal: couro;
- Solado: antiderrapante, composto por duas camadas (bidensidade) de poliuretano (PU) injetados diretamente no cabedal;
- Palmilha de montagem em couro com tratamento antimicrobiano;
- Palmilha higiênica em espuma de EVA, com tratamento antimicrobiano, removível e lavável;
- Forro interno com tratamento antimicrobiano;

- Possuir Certificado de Aprovação (C.A.) emitido por Órgão Competente, dentro da validade (verificável também através de site do mesmo Órgão);
- Grafado em tinta indelével, exibir de modo visível no calçado os registros necessários, tais como o lote de fabricação, a empresa fabricante ou importadora e o número do C.A.;
- Atendimento a todas as normas vigentes.

Quantidade: 232 unidades com as numerações definidas na tabela abaixo:

Tamanhos	Quantidades (em unidades)
34	2
35	3
36	2
37	6
38	25
39	22
40	40
41	58
42	40
43	26
44	3
45	3
46	2
TOTAL	232

45.0366 - Máscara de proteção (respirador) semifacial, peça facial filtrante PFF2(S)/N95, com as seguintes características:

- Respirador Semifacial - Filtrante PFF2(S)/95;
- Confeccionada em camadas de microfibras sintéticas tratadas eletrostaticamente;
- Sem válvula de exalação;
- Indicada para proteção contra partículas tóxicas, poeiras, névoas e fumos;
- Com 4 (quatro) pontos de fixação, 2 (dois) de cada lado por onde passam os tirantes;
- Contendo clipe nasal na parte superior;
- Com acabamento em solda térmica em todo o seu perímetro;
- Deve possuir Certificado de Aprovação (C.A.) emitido por Órgão Competente, dentro da validade (verificável também através de site do mesmo Órgão);
- Deverá atender a todas as normas vigentes.

Quantidade: 720 unidades**45.0368 - Filtro para respirador semifacial para vapores orgânicos/gases ácidos, com as seguintes características:**

- Material: Composto de carbono ativo envolto por cartucho em plástico;
- Filtro químico: composto por carvão ativado envolvido por um cartucho plástico. Desenvolvido para contaminantes específicos, como: vapores orgânicos e gases ácidos;
- Filtro mecânico: composto por não-tecido de microfibras sintéticas tratadas eletrostaticamente, responsável por filtrar os particulados;
- Deve possuir Certificado de Aprovação (C.A.) emitido por Órgão Competente, dentro da validade (verificável também através de site do mesmo Órgão);
- Fabricado de acordo com as normas vigentes

Quantidade: 536 unidades**45.0369 - Luvas de PVC para proteção contra agentes químicos, com as seguintes características:**

- Formato anatômico (proporcionando redução da fadiga muscular);
- Acabamento interno: forro antialérgico, revestido em algodão;
- Antiderrapante, na palma e face palmar dos dedos, protegendo a mão do usuário contra agentes químicos, abrasivos, água, tintas em geral, vernizes, óleos brutos e solúveis, solventes, graxas em geral, resinas, cimento, cal, argamassa;
- Reutilizável;
- Deve possuir Certificado de Aprovação (C.A.) emitido por Órgão Competente,

dentro da validade (verificável também através de site do mesmo Órgão);

- Atendimento a todas as normas vigentes.

Quantidade: 490 pares com os tamanhos assim distribuídos: 30 P, 250 M e 210 G.

45.0370 - Creme de proteção contra agentes químicos (luva química), com as seguintes características:

- Creme protetor da pele;
- Classificação: Grupo 3;
- Proteção contra agentes químicos, formando uma película protetora (luva química), sem que o usuário perca a sensibilidade do tato;
- Proteção contra água, tintas em geral, vernizes, óleos brutos e solúveis, solventes, graxas em geral, colas instantâneas, resinas, graxas em geral, cimento, cal, argamassa;
- Facilitador de remoção de sujidades pesadas;
- Embalagem para uso individual contendo 200g.
- Possuir Certificado de Aprovação (C.A.) emitido por Órgão Competente, dentro da validade (verificável também através de site do mesmo Órgão);
- Atendimento a todas as normas vigentes.

Quantidade: 650 unidades

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (alínea “d”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

5.1. Sustentabilidade

Não haverá impacto ambiental, pois o material, exaurido seu tempo de uso, não necessita de nenhum tipo especial de descarte e quando necessita, os padrões estabelecidos pelo TJSP, quais sejam lixo orgânico e lixo reciclável, atendem às necessidades.

5.2. Especificação da Garantia (inc. III, § 1º, art. 40, da Lei nº 14.133/2021)

5.2.1 A garantia será prestada nos termos estabelecidos na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, tendo início a partir da data de recebimento definitivo do produto (Ateste da Nota Fiscal).

5.2.2 Para vícios aparentes ou de fácil constatação, a garantia será de noventa dias (art. 26, inc. II).

5.2.3 Tratando-se de vício oculto, a garantia será exercida quando o defeito ficar evidenciado (art. 26, §3º).

5.2.4 Constatado defeito, a empresa deverá providenciar a troca ou o reparo, sem qualquer ônus para o Contratante, no prazo de até 10 (dez) dias corridos a contar da notificação.

5.3 Amostra/exame de conformidade/prova de conceito

5.3.4 A contratada deverá disponibilizar a esta Administração, amostras dos materiais ofertados, conforme item 10.2, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência.

6. RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Local de entrega do objeto, após agendamento prévio:

SGP 5.5 – Serviço de Apoio à Comissão Permanente de Insalubridade

Rua da Consolação nº 1483, 6º andar – ala Bela Cintra, sala 7 – Consolação
São Paulo/SP CEP: 01301-100

Contatos:

- ▶ Cláudia Bastos cbastos@tjsp.jus.br
- ▶ Maria Olimpia Ficucella mficucella@tjsp.jus.br
- ▶ Alexandre Koiti Waki awaki@tjsp.jus.br

Telefone: (11) 2711-1778

7. PRAZO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/FORNECIMENTO

7.1. Os produtos deverão ser entregues em suas quantidades totais no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados do recebimento da Nota de Empenho.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (alínea “e”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

8.1. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, devendo a embalagem proporcionar a devida proteção durante o transporte e a estocagem, garantindo a integridade do bem, além de conter as informações necessárias à identificação dos produtos.

8.2. A Contratada será responsável por todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários,

decorrentes do fornecimento.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (alínea “f”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

9.1. Área administrativas e/ou técnicas (Provimento CSM nº 2.724/2023)

Unidade solicitante	SGP 5.5
Secretaria/Diretoria responsável	SGP e SGP 5
Gestor de Planejamento	Cláudia Bastos - Supervisora de Serviço – SGP 5.5
Equipe de planejamento da contratação	<ul style="list-style-type: none">▶ Daniela Perroni Kalil - Diretora – SGP 5▶ Cláudia Bastos - Supervisora de Serviço – SGP 5.5▶ Maria Olimpia Ficucella – Escrevente Téc. Judiciário SGP 5.5
Equipe técnica	<ul style="list-style-type: none">▶ Daniela Perroni Kalil - Diretora – SGP 5 – Médica do Trabalho TJSP▶ Cláudia Bastos - Supervisora de Serviço – SGP 5.5 (Higienista Ocupacional)▶ Maria Olimpia Ficucella – Escrevente Téc. Judiciário SGP 5.5 (Higienista Ocupacional)▶ Alexandre Koiti Waki – Escrevente Téc. Judiciário SGP 5.5 (Engenheiro de Segurança do Trabalho, Higienista Ocupacional e Engenheiro Civil)

9.2. Protocolo de comunicação (Provimento CSM nº 2.724/2023)

A comunicação deverá ser feita através do e-mail: insalubridade@tjsp.jus.br e ou do telefone (11)2711-1778.

9.3. Recebimento Provisório

Não aplicável.

9.4. Recebimento Definitivo

O recebimento será feito nos termos do artigo 140, inciso II, § 3º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis, contados da entrega dos produtos.

9.5. Condições de pagamento

O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias contados da data do ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal do contrato, após avaliação dos bens entregues de acordo com as especificações.

9.6. Acordo de nível de serviço

Não aplicável.

9.7. Manutenção das condições de habilitação e qualificação durante a execução contratual

Não aplicável por tratar-se de aquisição de material com entrega única.

9.8. Hipótese de glosa

Não aplicável.

9.9. Sanção Administrativa (Multa)

Não aplicável.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (alínea “h”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

10.1. O fornecedor será selecionado por meio de dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inc. II da Lei nº 14.133/2021, pelo critério de menor preço.

10.2. Apresentação de amostras

10.2.1. A empresa detentora do menor preço ofertado para o lote, deverá apresentar, no prazo de até 10 dias corridos, após recebimento de notificação, 01 (um) par do item 06 (filtro para respirador semifacial para vapores orgânicos/gases ácidos) e 01 (um) par de cada tamanho solicitado do item 07 (luva de PVC) a título de amostra. As amostras aprovadas servirão como parâmetro para o recebimento total dos produtos adquiridos e não poderão ser descontadas do total do pedido. Em caso de reprovação, fica facultado o seu recolhimento no prazo de 05 dias úteis após notificação.

10.2.2. As amostras deverão ser entregues no endereço constante no item 6.1, mediante agendamento prévio.

10.2.3. Caso a empresa não entregue a amostra no prazo estabelecido terá a proposta desclassificada.

10.2.4. Em caso de reprovação, a empresa poderá efetuar correções ou

substituições necessárias e apresentar nova amostra no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da notificação.

10.2.5. A oportunidade de correção acima prevista será concedida apenas uma única vez. Em caso de nova reprovação, a proposta será desclassificada.

10.2.6. As despesas relativas à apresentação das amostras ficarão a cargo da empresa.

10.2.7. A amostra deverá ser apresentada devidamente identificada, com o nome da empresa, tipo de material e número do processo.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (alínea “i”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

11.1. Com base em valores obtidos por meio de pesquisa de preços de mercado, estima-se preliminarmente o valor total global de R\$ 57.464,77 para esta contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (alínea “j”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

12.1. A adequação orçamentária será apresentada pela SOF, e posteriormente inserida neste documento após a indicação de recurso.

13. PRESTAÇÃO DE GARANTIA NA CONTRATAÇÃO (art. 96 da Lei nº 14.133/2021)

13.1. Tendo em vista tratar-se de aquisição de pequeno vulto, por dispensa de licitação, com entrega única, entende-se que a exigência da garantia contratual pode onerar desproporcionalmente os preços ofertados, portanto não será exigida garantia contratual (caução) na presente contratação.

14. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei nº 14.133/2021 / art. 30 do Provimento CSM nº 2.724/2023)

14.1. Qualificação Técnico-Profissional (inc. I, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

14.1.1. Tendo em vista não se tratar de contratação de obras ou serviços, mas sim de fornecimento de material disponível no mercado, de pequeno vulto, por dispensa de licitação, entende-se não ser cabível a exigência de

qualificação técnico-profissional.

14.2. Qualificação Técnico-Operacional (inc. II, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

14.2.1. Tendo em vista não se tratar de contratação de obras ou serviços, mas sim de fornecimento de material disponível no mercado, de pequeno vulto, por dispensa de licitação, entende-se não ser cabível a exigência de qualificação técnico-operacional.

14.3. Indicação de pessoal técnico (inc. III, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

14.3.1. Tendo em vista não se tratar de contratação de obras ou serviços, mas sim de fornecimento de material disponível no mercado, de pequeno vulto, por dispensa de licitação, entende-se não ser cabível a exigência de pessoal técnico

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. A contratada deverá cumprir todas as obrigações previstas neste Termo de Referência e no respectivo Ofício de Autorização ou documento equivalente;

15.2. A Contratada deverá entregar todos os produtos no endereço informado no item 6 desta especificação, devidamente embalados, proporcionando a devida proteção durante o transporte e estocagem, garantindo a sua integridade, e identificados, assinalando-se na embalagem a marca e as demais características que os identifique e qualifique. Não serão aceitos materiais cujas embalagens apresentem sinais de violação;

15.3. Na hipótese de os produtos apresentarem defeitos totais ou parciais de fabricação ou em desacordo com o especificado, desde a entrega ou quando de seu uso durante o período de garantia, deverão ser substituídos em um prazo nunca superior a 10 (dez) dias a contar da notificação;

15.4. É de responsabilidade da empresa contratada todos os ônus relativos ao fornecimento do produto, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local designado.

16. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCO (arts. 22 e 103 da Lei nº 14.133/2021)

16.1. Tendo em vista não se tratar de contratação de obras ou serviços, mas sim de fornecimento de material, com entrega única, não se aplica.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

Razão Social:
CNPJ:
Responsável:
Endereço:
Telefone:
E-mail

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA - LOTE ÚNICO	MARCA/MODELO	QUANTIDADE TOTAL (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR TOTAL C=(AXB)
1	Óculos de proteção, ampla visão (EPI)		620		R\$ -
2	Protetor Auditivo (auricular) tipo plugue		650		R\$ -
3	Protetor auricular tipo concha		75		R\$ -
4	Calçado de segurança		232		R\$ -
5	Máscara de proteção (respirador) semifacial, peça facial filtrante PFF2(S)/N95		720		R\$ -
6	Filtro para Respirador semifacial para vapores orgânicos/gases ácidos		536		R\$ -
7	Luva de PVC para proteção contra agentes químicos		490		R\$ -
8	Creme de proteção da pele contra agentes químicos (luva química)		650		R\$ -
				TOTAL	R\$ -

Observações:

- 1) Frete e demais despesas inclusos no preço, considerando o disposto no Anexo I - Termo de Referência
- 2) Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- 3) Prazo de entrega: 20 (vinte) dias contados do recebimento da Nota de Empenho
- 4) Prazo de pagamento: 30 (trinta) dias a contar do ateste da nota fiscal.
- 5) Prazo de garantia: nos termos estabelecidos na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor
- 6) Conta corrente no Banco do Brasil para recebimento: Ag.: _____ C/C: _____ (conta em titularidade do CNPJ do faturamento informado na proposta)

_____, ____/____/____.

Identificação / Assinatura



TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA 61145/2026

O presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS rege a divulgação de informações entre a CONTRATADA, _____, estabelecida(o) a _____, Município _____, inscrita(o) no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada(o) por _____ ao final assinado, e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede na Praça da Sé s/nº, Centro, São Paulo, SP, CEP 01018-010, inscrito no CNPJ/MF sob nº 51.174.001/0001-93, doravante denominado TJSP, neste ato, por seu representante legal ao final assinalado, o qual, a partir do reconhecimento deste ato, dá conhecimento e estabelece as regras de confidencialidade e de proteção de dados a serem observadas pelas partes:

1. A CONTRATADA DECLARA e compromete-se:
 - a) A cumprir rigorosamente as normas regulamentares sobre a utilização dos meios e infraestrutura, bem como as diretrizes estipuladas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), mantendo a confidencialidade em relação a toda a documentação e à coleta de dados pessoais (sensíveis ou não) indispensáveis à prestação do serviço, se houver. Os dados assim coletados, bem como os dados pessoais sensíveis, somente poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, conforme disposto, respectivamente, nos artigos 8º, § 1º e art. 11, incisos I e II, da LGPD, qual seja (especificar) _____ e, em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins. Não haverá a possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades (inciso I do art. 6º da LGPD), bem como serão consideradas nulas as autorizações genéricas (§ 4º do art. 8º da Lei nº 13.709, 2018). A CONTRATADA, nos termos do art. 7º, § 5º, da LGPD, obriga-se a obter o consentimento do(s) respectivo(s) titular(es), sempre que a disponibilização dos dados ao TJSP assim o requerer. Em se tratando de dados disponibilizados pelo TJSP à CONTRATADA, o Tribunal obterá o consentimento do(s) respectivo(s) titular(es), sempre que a lei assim o requerer, após solicitação da contratada;
 - b) A armazenar os dados obtidos em razão desse contrato em um banco de dados seguro, mantido em território nacional, com transparente identificação do perfil dos credenciados, garantindo-se a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer tempo, de desvios e falhas, vedado seu compartilhamento com terceiros;
 - c) Não divulgar as informações obtidas nas atividades exercidas junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, exceto quando expressamente autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP);

- d) Não permitir que qualquer pessoa manuseie qualquer documento físico ou eletrônico que componha ou tenha resultado de atividades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), exceto se devidamente autorizada;
 - e) Não explorar, em benefício próprio ou de terceiros, informações e documentos adquiridos através da participação em atividades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP);
2. DECLARA AINDA CIÊNCIA de que:
- f) Qualquer divulgação oral ou eletrônica, que acompanhe a informação escrita, também será considerada Informação Confidencial. Se a informação for divulgada oral ou eletronicamente sem documentação escrita acompanhando, também será considerada Informação Confidencial, salvo manifestação expressa em contrário da Parte Divulgadora quando da divulgação;
 - g) Dará conhecimento formal aos seus empregados, representantes, prepostos, consultores ou qualquer terceiro que tenha conhecimento da presente contratação, das obrigações e condições acordadas neste item, bem como da Política de Privacidade do TJSP, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais (sensíveis ou não) de que trata a presente cláusula, responsabilizando-se por toda e qualquer operação realizada em desacordo com a Lei nº 13.709/2018 e/ou outros normativos que venham a entrar em vigor sobre proteção de dados;
 - h) As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, inerentes ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais. Ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), por sua vez, é reservada a prerrogativa de monitorar e auditar quaisquer atividades que envolvam dados ou informações cuja perda ou vazamento possa trazer graves implicações ao Tribunal de Justiça ou consequências administrativas, civis ou criminais aos responsáveis por sua violação, notadamente por meio do representante especialmente designado, a que se refere o art. 117 da Lei 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos);
 - i) Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA providenciará seu descarte de forma segura, comunicando o TJSP;
 - j) A CONTRATADA deverá comunicar ao TJSP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais sensíveis ou não, a fim de viabilizar a adoção das providências devidas;

- k) As partes se comprometem a adotar as melhores práticas de Proteção de Dados, conforme Lei nº 13.709/2018 e/ou outros normativos que venham a entrar em vigor sobre proteção de dados;
- l) O TJSP deverá, considerando os meios tecnológicos disponíveis e adequados às suas atividades, a natureza dos dados armazenados e os riscos a que estão expostos, adotar medidas físicas e lógicas, de caráter técnico e organizacional, a fim de prover a confidencialidade e a segurança de seus dados, evitar sua alteração, perda, subtração ou acesso não autorizado, bem como a violação da privacidade dos sujeitos titulares dos dados;
- m) O descumprimento das obrigações relacionadas à confidencialidade e à segurança de dados, de informações e sistemas, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenados, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processados, determinará a responsabilização, na forma da lei, de seus dirigentes e funcionários envolvidos, sem prejuízo das sanções estabelecidas, no presente contrato. Desse modo, as partes responderão administrativa e judicialmente, e, em solidariedade com os agentes de tratamento, estes conceituados nos incisos VI, VII e VIII do art. 5ª da Lei nº 13.709/2018, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD, conforme previsto em seu art. 42, § 1º, inciso I;
- n) O presente Acordo somente poderá ser alterado mediante consentimento mútuo e Aditamento por escrito, assinado por ambas as partes. As obrigações de confidencialidade contidas no presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS se perpetuarão por tempo indeterminado, independente do término da vigência do CONTRATO.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
(Assinado Digitalmente)

CONTRATADA
(Assinado Digitalmente)

ANEXO IV**DECLARAÇÃO UNIFICADA***Dispensa de licitação***REFERÊNCIAS:**

Modalidade: Contratação Direta
Processo: 61145/2026
Tipo: Menor Preço

[razão social], CNPJ nº [número do CNPJ], endereço [endereço completo], por seu/sua representante legal, [nome do(a) representante], CPF nº [número do CPF], para todos os fins legais estabelecidos para fins da presente contratação direta, declaro que a empresa:

- 1) atende em sua integralidade o disposto na Lei nº 10.097/2000. (*Lei do Aprendiz*);
- 2) atende aos requisitos de habilitação, sendo que o declarante responde pela veracidade das informações prestadas; (*inc. I, art. 63, da Lei nº 14.133/2021*)
- 3) não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. (*inc. VI, art. 68 da Lei nº 14.133/2021*).
- 4) está enquadrada como:
 - ☐ Microempresa (ME);
 - ☐ Empresa de pequeno porte (EPP);
 - ☐ sociedade cooperativa;
 - ☐ Outras.
- 5) não possui, em seu quadro societário, cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros ou juízes vinculados ao TJSP, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, conforme arts. 1º e 2º, V e VI, da Resolução CNJ nº 7/2005.
- 6) possui ou providenciará a abertura de conta corrente no Banco do Brasil, antes da assinatura do contrato ou emissão da Nota de Empenho, para realização do pagamento, nos termos do art. 1º do Decreto Estadual nº

62.867/2017.

Local e data

Assinatura do Representante Legal

